



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ IFCE CAMPUS MORADA NOVA**

VI Encontro dos NAPNES do IFCE

**IV Encontro do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades
Específicas – NAPNE do Campus Morada Nova**

17, 18 e 19 de Setembro de 2019

RELATÓRIO

**Educação e
Inclusão de Pessoas com Deficiência:
articulando saberes e construindo práticas.**

**Morada Nova
2019**



1 COMISSÃO ORGANIZADORA

Antonio Alan Vieira Cardoso (Psicólogo - campus Morada Nova)
Camila Carvalho Noberto (Técnica de Laboratório de Edificações - campus Morada Nova)
Carmen Laenia Almeida Maia de Freitas (Pedagoga - campus Morada Nova)
Fátima Elisdeyne de Araújo Lima (Bibliotecária - campus Morada Nova)
Germana de Sousa Vieira (Assistente Social - campus Morada Nova)
Hellenvivan de Alcântara Barros (Pedagoga - Proext)
Kaline Ribeiro de Freitas (Enfermeira - campus Morada Nova)
Kelma de Freitas Felipe (Assistente Social - campus Limoeiro do Norte)
Patrícia Fernandes de Freitas (Assistente Social - Proext)
Sherley Romeiro Freire (Docente - campus Morada Nova)

2 COLABORADORES/AS

Guilherme Júlio da Silva (Intérprete de Libras - Proext)
Julliano Cruz de Oliveira (Técnico em Assuntos Educacionais - campus Morada Nova)
Maria Beatriz Claudino Brandão (Pedagoga - campus Morada Nova)
Norha Kalyna Peixoto Queiroz (Auxiliar em Administração - campus Morada Nova)

3 REVISÃO TEXTUAL

André Monteiro Castro (Técnico em Assuntos Educacionais - PROEXT)

4 LOCAL DO EVENTO: IFCE – CAMPUS MORADA NOVA

5 TOTAL DE CAMPI PARTICIPANTES: 17 (CAMOCIM, CANINDÉ, CEDRO, IGUATU, ITAPIPOCA, FORTALEZA, JUAZEIRO DO NORTE, MARACANAÚ, MORADA NOVA, TAUÁ, TIANGUÁ, TABULEIRO DO NORTE, SOBRAL, CRATEÚS)

6 TOTAL DE INSCRITOS: 213



2 APRESENTAÇÃO

O VI Encontro dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) do IFCE e o IV Encontro do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do campus Morada Nova aconteceram nos dias 17 e 18 de setembro de 2019 no referido campus.

O evento foi resultado de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão-PROEXT e o campus de Morada Nova, contando com o apoio da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Indústria de Laticínios Betânia, da Associação de Cegos do Estado do Ceará (ACEC) e da Escola Estadual de Educação Profissional Osmira Eduardo de Castro.

Com o tema “Educação e inclusão de pessoas com deficiência: articulando saberes e construindo práticas”, o evento procurou provocar um momento de reflexão sobre a realidade cotidiana vivenciada nos campi através da inclusão educacional das pessoas com deficiência, além de um diálogo sobre as adaptações e habilidades necessárias à promoção da inclusão desses sujeitos no IFCE.

A programação estava estruturada para ocorrer durante 3 dias, com a realização de palestras, mesas-redondas e minicursos. Na Conferência de Abertura, houve reflexões sobre Adaptação Curricular. Nos Minicursos, os assuntos foram “Acessibilidade e as barreiras arquitetônicas”, “Práticas Pedagógicas para discentes com Transtorno de Espectro Autista – TEA”, “Discentes com Deficiência Intelectual”, “Discentes com Deficiência Auditiva/Surdos e Discentes com Deficiência Visual; A primeira Mesa-redonda tratou sobre o papel dos segmentos institucionais do IFCE na inclusão de pessoas com deficiência, e a segunda sobre o Ingresso e cotas para pessoas com deficiências nos Institutos Federais.

O encontro ocorreu somente até a manhã do dia 18 de setembro, devido ao falecimento de um estudante do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil do campus que sediava o Evento. Mesmo diante do imprevisto, o momento vivido proporcionou a integração entre os servidores e o aprimoramento de conhecimentos quanto às questões da acessibilidade.



3 RELATOS DOS MOMENTOS

3.1- 1º Dia- 17.09.2019 (Terça-Feira)

O evento teve início às 14 horas com o credenciamento, seguindo com a mesa de abertura, com a participação de Fátima (coordenadora do Napne de Morada Nova), Neto (Diretor do IFCE-Tauá), Raquel (Representante da Câmara dos Vereadores), Beatriz (Diretora Gerla do Campus de Morada Nova) e Zandra Dumaresq (Pro-reitora de Extensão).

Foto 1- Mesa de abertura



Fonte: arquivos próprios, 2019

Às 16 horas, iniciou-se a Conferência de abertura com o tema: Reflexões sobre adaptação curricular, ministrada pela palestrante Dra. Marilene Calderaro Munguba, da Universidade Federal do Ceará (UFC), lotada no Centro de Humanidades do Departamento de Letras, Libras e Estudos Surdos (DELLES). Esta contou com a mediação de Kelma Felipe, coordenadora de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE. Foi abordado conteúdo na intenção de se fazer reflexões sobre adaptação curricular,



voltando a temática para a inclusão de pessoas com necessidades específicas, e ressaltando a importância da equidade, que favorece o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

Para iniciar sua fala, Marilene começou com a pergunta: o que eu sinto e penso sobre a inclusão? Destacando que muitos docentes apresentam olhares de susto e desespero. Uns até pedem para que o discente seja removido para outra sala, geralmente para estudar junto com os poucos docentes que tem experiência com a acessibilidade.

Destacou-se a relevância de preparar o contexto (ambiente) no qual estão inseridos os estudantes, trabalhando as necessidades do momento, para que se consiga integrar as necessidades específicas de cada indivíduo. Foi apontado o cuidado que se deve ter para não vitimizar pessoas com alguma necessidade específica, seja ela visual, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Dislexia, vulnerabilidade social, dentre outras.

Em seguida, a palestrante apresentou o conceito de deficiência definido por Bieler (2007) “Resultado da interação entre pessoas com diferentes níveis de funcionamento e um entorno que não considera essas diferenças”. A mesma autora destaca que: Se NÃO há barreiras nos diversos contextos, NÃO HÁ deficiência, e, sim, limitação funcional. Nesse caso, a pessoa NÃO TEM uma deficiência.

Foto 02: Conferencia de Abertura com Marilene Munguba



Fonte: arquivos próprios, 2019.



Tratou-se sobre Necessidades Educacionais Específicas (NEE), destacando que estão inseridos nesse rol as deficiências, os transtornos e as questões socioeconômicas.

Trouxe conceitos do autor Skliar (2019) sobre a importância de valorização e reconhecimento das diferenças em relação aos seguintes pontos: língua, forma de aprender, cor, cultura, gênero, sexualidade.

Em seguida, lançou o questionamento: como criar contextos educacionais capazes de ensinar todos os alunos? Em resposta, trouxe à discussão os temas: “currículo, mediação da construção de conhecimento”; “diagnóstico educacional no enfoque histórico-cultural” e Níveis de ajuda (instrução, demonstração, proposição de pistas, execução conjunta).

Para a referida palestrante, a proposição da criação de um currículo visa concretizar o projeto que os atores sociais fazem nas instituições educacionais. Avaliando o quê, como, e quando ensinar, atrelado à perspectiva multi, inter e transdisciplinar (cognitiva, psicomotora e afetiva). É uma construção complexa definir qual teoria usar para solidificar essas ações, mas é necessária para lidar com o outro, com outra cultura, corpo, cor, língua, gênero, sexualidade e com outra forma de aprender.

Falou-se a respeito da Zona de Desenvolvimento Real e Potencial, e da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), também chamada de Zona Trabalhável. Esta permite a mediação que gera a interiorização do conhecimento. Para diagnosticar o nível da ZDP, pode-se partir da instrução, e se este nível já estiver estabelecido, segue-se para os próximos passos, que são: demonstração de como realizar atividade, de como propor pistas, e, por último, se necessário, a execução conjunta da atividade.

Posteriormente, destacou-se o tema “Acessibilidade no Ensino Superior”, trazendo questões como acessibilidade comunicacional, atitudinal, pedagógica, instrumental e digital. Utilizando os conceitos do autor SCHERER (2017), abordou sobre adaptação curricular, flexibilização curricular e educação customizada para todos.

A adaptação curricular traz uma abordagem mais ampla em busca da garantia da construção de conhecimentos escolares e redução das dificuldades de aprendizagem, enquanto que a Flexibilização tem um foco mais individual, no interesse de cada aluno, trabalhando um caminho educacional individualizado.



Segundo Morosini (2016), o professor é o principal protagonista para atender às demandas de inclusão das diferenças, acessibilidade e permanência dos estudantes com NEE no contexto acadêmico.

A professora Marilene, em sua conferência, também abordou os tópicos essenciais para o desenvolvimento de propostas de adaptações curriculares, sendo estes:

- 1- Formação continuada do corpo docente
- 2- Busca de materiais de apoio pedagógico
- 3- Organização de tempos qualitativos de planejamento
- 4- Aprimoramento constante do currículo vigente
- 5- Processos de discussão entre o profissional do AEE e o professor.

Destacou também que o processo de adaptação curricular possui dois níveis: pequeno porte e grande porte. No processo de adaptação de pequeno porte, a flexibilização provoca mudanças no conteúdo, objetivos, metodologias de ensino, temporalidade e avaliação. Nele deve-se evitar: limitar a participação do discente, causar constrangimento. Os objetivos e conteúdos devem: adaptar conteúdo, contextualizar conteúdo, propiciar apoio físico, visual e de comunicação e utilizar técnicas de avaliação diversificadas.

As fases de elaboração da adaptação curricular são:

- 1ª fase: delimitação dos profissionais envolvidos.
- 2ª fase: delimitação das NEE
- 3ª fase: elaboração de objetivos e atividades iniciais
- 4ª fase: implantação da adaptação curricular
- 5ª fase: acompanhamento e ajustes da proposta inicial.
- 6ª fase: avaliação e modificação na proposta inicial.

Falou sobre Desenho Universal de Aprendizagem destacando que este apresenta os seguintes princípios: Proporcionar múltiplos meios de apresentação (Apresentar informações e conteúdos de formas diferentes), Proporcionar múltiplos meios de ação e de expressão (Diferenciar formas que os alunos podem expressar o que eles sabem), Proporcionar múltiplos meios de Autoenvolvimento (Estimular o interesse e a motivação para aprender)



Por fim, apontou-se que é preciso a união das pessoas em prol de atender as necessidades específicas. Após a palestra, foi aberta a oportunidade para perguntas, possibilitando a interação entre os participantes e a palestrante.

As perguntas foram as seguintes:

1. Geraldo, professor surdo do campus Tabuleiro do Norte, falou sobre as dificuldades de comunicação/escrita com aluno autista e mencionou a necessidade do intérprete para ajudar nesse processo de comunicação. A palestrante Marilene destacou a importância desta intervenção com a realização de cursos de Libras.
2. Luciene, professora do campus de Caucaia, falou sobre os tipos de adaptação curricular e a validade e legitimidade desse processo, assim como sobre o diagnóstico clínico dos estudantes com NEE. Marilene destacou a importância de utilizarmos o diagnóstico educacional ao invés do clínico, visando trabalhar de acordo com a realidade do aluno.
3. Neto, diretor do campus de Tauá, perguntou sobre os impactos da extinção da SECADI para realidade atual. Marilene destacou ser uma grande perda e falou que passamos por um período difícil, mas não podemos ficar sem esperanças. Lembrou de Paulo Freire quando fala de paciência histórica.
4. Temilson, professor do campus de Baturité, destacou as dificuldades das pessoas com deficiência em acessar os espaços institucionais, e aproveitou a oportunidade para fazer um relato pessoal. Elogiou o evento considerando-o um momento de trocas de experiências com foco na acessibilidade.
5. Augusto, discente do campus de Morada Nova, começou sua fala pedindo para não chamar os alunos de “laudado”. Também falou para não chamar a pessoa com deficiência física de “cadeirante.” E disse também que não devemos superestimar e nem minimizar o potencial das pessoas com deficiência. Sugeriu a inclusão da disciplina “educação inclusiva” em todos os cursos de graduação.
6. Kelma, coordenadora de acessibilidade e diversidade étnico-racial, perguntou sobre terminalidade específica. Marilene falou não concordar muito com a proposta da terminalidade específica. Destacou que não se deve retirar semestre, nem disciplina do



aluno. Faz-se necessário identificar perfil, condições do aluno, ver características do curso e se é possível oferecer outras oportunidades de curso (redirecionamento). A mesma acredita no processo de adaptação curricular e flexibilização.

Encerrada a Conferência de abertura, passou-se para o coffee break, ofertado a todos os participantes. Em seguida, retornou-se ao auditório para darmos continuidade ao primeiro dia de evento, com as apresentações das experiências exitosas. A ordem de apresentação foi a que se segue:

1. Construção de Cadeiras de Roda de Baixo Custo: um desafio na Disciplina de Resistência dos Materiais.

- **Responsável: Rodrigo Freitas Guimarães – docente do IFCE Campus Maracanaú;**

Foto 03: Apresentação exitosa do campus Maracanaú



Fonte: arquivos próprios, 2019.

A experiência foi apresentada por três estudantes do Campus Maracanaú (Anderson Alves de Oliveira, Gabriel Calixto Rodrigues Sampaio e Lucas Alencar Vanderlei), sob a orientação do professor Rodrigo Freitas, da disciplina de Resistência dos Materiais, no curso de Engenharia Mecânica. Eles enfatizaram que a construção de cadeiras fez parte da avaliação



final da disciplina. Destacaram que o objetivo não era somente a construção da cadeira, mas que eles deveriam mostrar ao professor os cálculos nos quais a cadeira deveria suportar uma determinada carga. Ou seja, foram desafiados a usar na prática os conhecimentos da teoria. O projeto foi dividido em três partes: a primeira parte foi a realização de cálculos para saber o peso que as estruturas eram capazes de suportar. A segunda, a construção das cadeiras de rodas, quando foram utilizados nylon e canos de PVC. E a terceira parte foi um teste das cadeiras, dentro do campus, registrado em um relatório feito pelos estudantes. Os discentes destacaram também que o teste com as cadeiras permitiu que eles avaliassem a acessibilidade do campus Maracanaú, como também, permitiu que todos refletissem sobre a acessibilidade e o olhar para com a pessoa com deficiência.

2. Plano Educacional Individualizado (PEI) para aluno cego do Curso Integrado ao Médio em Agropecuária.

- **Responsável: José Alves de Oliveira Neto – docente do IFCE Campus Tauá.**

Foto 04: Apresentação exitosa do campus Tauá



Fonte: arquivos próprios, 2019.

O relato teve como objetivo apresentar experiência que contribuiu para a promoção da inclusão de alunos com deficiência visual no campus Tauá, especificamente, no desenvolvimento de uma metodologia para o ensino de matemática. Para isso, foram



utilizados objetos de aprendizagem e materiais manipuláveis como tecnologias assistivas. Destacou ainda a interação com outro curso do campus, curso de Tecnologia em Telemática, onde através da pesquisa aplicada se voltaram estudos para o desenvolvimento de Tecnologias Assistivas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Destacou-se a importância da metodologia do Plano Educacional Individual (PEI) como ferramenta utilizada pela equipe multidisciplinar, que realiza um diagnóstico sobre as reais necessidades do aluno e possíveis adequações quanto ao nível de aprendizagem em matemática, definindo um programa individual de matemática com utilização de alguns recursos do Campus: Multiplano, Impressora 3D, SOROBAN, dentre outros. Os resultados alcançados: O discente apresenta evolução nos conceitos de matemática além de aumento da auto-estima e envolvimento nas diversas atividades do campus, o desenvolvimento de sequência didática que pode contribuir sobremaneira para a inclusão escolar de outros alunos.

3. A interação do professor surdo/aluno ouvinte e suas implicações no ensino de libras na Universidade Federal de Campina Grande – campus cajazeiras – PB.

- **Responsável: Geraldo Venceslau de Lima Júnior – docente do IFCE Campus Tabuleiro do Norte.**

Foto 05: Apresentação exitosa do campus Tabuleiro do Norte.



Fonte: arquivo próprio, 2019.



O relato destacou a importância da inclusão da Língua de Sinais nas Universidades, Institutos e outros seguimentos escolares, como uma disciplina obrigatória nos cursos de Licenciaturas e Bacharelados, possibilitando dentre outras coisas a comunicação e a interação que as pessoas surdas venham a ter com os ouvintes. Destacou os métodos de ensino mais adequados da abordagem comunicativa da libras, falou sobre a importância da formação dos professores e do uso de métodos adequados para o ensino de língua visual-gestual (Libras). Finalizou a apresentação destacando que a interação entre professor surdo e aluno ouvinte é complexa, principalmente, pelo choque cultural e de formação da identidade. Evidenciou que o aluno ouvinte tende a associar a Libras com a Língua Portuguesa, o que dificulta sua aprendizagem. A libras (L1) é a primeira língua da pessoa surda e, por isso, é necessário considerar a prática social desses sujeitos, para que de fato a LIBRAS venha a ser aprendida, ou seja, não se deve considerar apenas o conteúdo gramatical e nem com uma representação/encenação da língua falada.

4. Projeto de Atuação Pedagógica do NAPNE para alunos com Deficiência Intelectual.

- **Responsável: Carmen Laenia Almeida Maia de Freitas - Pedagoga do IFCE Campus Morada Nova;**

A apresentação teve como objetivo expor as medidas de atuação pedagógica que venham favorecer o desenvolvimento cognitivo dos alunos com dificuldades de aprendizagem, de modo que isso auxilie na permanência com êxito desses estudantes. Durante a exposição, compartilhou o plano de ação que foi elaborado para atender um aluno com deficiência intelectual matriculado no curso superior de engenharia de aquicultura. Trouxe o conceito de deficiência intelectual e em seguida apresentou as principais orientações pedagógicas que são utilizadas para o alcance do êxito do aluno com deficiência intelectual, sendo estas: pensar aulas potencialmente boas para todos os alunos; diversificar formas de acessar e expressar o conhecimento, assim como forma de engajar os estudantes nas propostas; incluir questões ou tarefas diferenciadas, sem prejuízo do mesmo grau de dificuldade; destinar tempo adicional para a realização de provas; possibilitar ao estudante gravar a aula; ter aluno/monitor apoiador durante as aulas; prever que o aluno com deficiência



intelectual terá um outro ritmo de evolução no semestre letivo e, por isso, deve ser diminuído o número de disciplinas; criar ambiente educativo acolhedor; refletir se o contexto educacional atende a todos; perceber/identificar as especificidades do estudante; desenvolver expectativas positivas em relação ao estudante; estabelecer uma relação dialógica com o estudante; assinar um contrato de ensinagem e aprendizagem; manter uma rotina estruturada, fazendo uso de regras claras; dar orientação corpo a corpo com o estudante; incentivar o estudante a participar de atividades de grupo; propiciar condições para que o estudante possa desenvolver-se de forma autônoma; recorrer aos princípios da Pedagogia (do grego antigo paidagógos, era inicialmente composto por paidos “criança” e gogía “conduzir” ou “acompanhar”) e da Andragogia (do grego andros – adulto – e agogus – guiar, conduzir, educar); dar sentidos aos conteúdos trabalhados; aprender a partir das experiências; adaptar o currículo à realidade do indivíduo (fazer adaptações de pequeno porte: substituir conteúdos, adaptar atividades, utilizar-se de recursos audiovisuais); Refletir sobre sua prática: o que ensino? para quem ensino? como ensino? A metodologia utilizada causa constrangimento ou limita a participação do aluno? Como estou avaliando? Levo o aluno a refletir sobre sua aprendizagem: O que aprendo? Como aprendo? Estou comprometido com a minha aprendizagem? Com essas reflexões foi finalizada a apresentação.

5. Acessibilidade: uma prática possível para participação do discente surdo no curso superior de licenciatura em educação física – campus limoeiro do Norte-CE.

- **Responsável: Francisco Diogenilson Almeida de Aquino – Jornalista do IFCE Campus Limoeiro do Norte;**

Foto 07: Apresentação exitosa do campus Caucaia.



Fonte: arquivo próprio, 2019.

O relato em questão foi fruto da inserção, no ano de 2016, do primeiro discente surdo no curso de licenciatura em Educação Física, no campus de Limoeiro do Norte. O objetivo do relato de experiência foi apresentar a contribuição do Napne ao acesso, permanência e êxito deste discente. Foi utilizada a metodologia de abordagem qualitativa, método de estudo de caso. O aluno tem 80% do aproveitamento acadêmico, conforme seu histórico escolar. Foram apresentadas algumas ações que contribuíram para tal êxito: disponibilização de tradutor-intérprete de Libras; integração com os colegas e docentes; reuniões de orientação do Napne com os docentes; utilização de metodologias de ensino adaptadas; utilização de metodologias de avaliação adaptadas; participação do discente em atividades promovidas pelo Napne. O estudo revelou que é possível a permanência e êxito de discente surdo em ensino superior, mediante ações que promovam a inclusão deste no ambiente escolar.

6.Ciclo de Palestras para uma comunidade mais inclusiva: nada sobre nós, sem nós.

- **Responsável: Luciene Cássia Corrêa de Sousa – docente do IFCE Campus Caucaia;**

Foto 08: Apresentação exitosa do campus Caucaia.



Fonte: arquivo próprio, 2019.

O relato feito pela professora de Caucaia, Luciene Côrrea, foi uma apresentação das atividades desenvolvidas pelo NAPNE no campus e a articulação com os discentes e servidores locais, como também com a comunidade externa. Das atividades, ela destacou o evento em alusão ao dia internacional da síndrome de down, onde a palestrante Mariana Cavalcante, escritora e com síndrome de down, falou para a comunidade escolar sobre seus momentos de superação cotidianamente. Outros eventos destacados em sua apresentação foram: palestra sobre a importância da libras para a comunidade surda brasileira; “Coisas de cego: o cotidiano de um deficiente visual”, que teve como objetivo conscientizar os estudantes e servidores sobre as barreiras atitudinais que uma pessoa cega tem que enfrentar no cotidiano; visita ao Instituto dos Cegos, em Fortaleza – com o objetivo de firmar parcerias.

7. Experiência com autismo

- **Responsável: Alcineida Claudino Silva – Psicopedagoga e Professora da Rede Municipal de Educação de Morada Nova.**

Foto 08: Apresentação exitosa do município de Morada Nova



Fonte: arquivo próprio, 2019.

A palestrante apresentou experiências práticas que tem em seu consultório com alunos com transtorno do espectro autista. Ela relatou diversos exemplos práticos de sua atuação usando recursos lúdicos no letramento dos pacientes [sic]. Durante os relatos, a palestrante destacou a evolução dos pacientes nos aspectos de relacionamento e aprendizagem das crianças com transtorno de espectro autista.

2º dia (18/09/2019 - quarta-feira):

Na programação do 2º dia de encontro estava previsto a realização dos mini-cursos, pela manhã, e à tarde a realização de mesa redonda. Considerando o fato ocorrido, infelizmente, o encontro foi encerrado após a realização dos mini-cursos que tiveram duração de 4 horas.

Minicurso 1: Acessibilidade e as barreiras arquitetônicas;

Considerando que o facilitador desse mini-curso era docente do estudante que veio a óbito após o acidente de trânsito, o mesmo não estava em condições de facilitar o mini-curso, sendo os inscritos remanejados para outro mini-curso.



Minicurso 2: Práticas Pedagógicas para discentes com Transtorno de Espectro Autista.

Facilitadora: Profa. Luciene Cássia Corrêa de Sousa (IFCE)

O minicurso “Práticas Pedagógicas para Discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” contou com a presença de 46 participantes, reunindo público diversificado composto, em sua maioria, por professores de escolas das redes pública e privada, mas também por familiares de pessoas com autismo, acompanhantes de aluno (a), diretores de escola e profissionais da área de saúde do município de Morada Nova e entorno. O IFCE esteve representado pela docente Luciene Sousa, que ministrou o referido curso, e também por servidores participantes, dentre os quais uma docente e dois intérpretes de Libras.

Com o apoio de quadro branco e pincel, e de recurso para a projeção de imagens e de *slides*, a abordagem expositiva dialogada logo se transformou em um produtivo debate propositivo acerca das informações e ações elencadas no programa do evento. Inicialmente, tratou-se da apresentação geral dos autismos (TEA) enquanto condição da neurodiversidade, da expressividade variável e das gradações no espectro, da base genética-poligênica-multifatorial, de prevalência atual estimada em 1:59 nascimentos (CDC USA, 2018), do histórico de exclusão, das inúmeras combinações de traços no tripé das áreas do desenvolvimento: ¹comunicação, ²interação social, ³comportamento estereotipado e repetitivo, da importância da intervenção com estimulação precoce e das bases indicativas para a busca do diagnóstico.

Na sequência, foi discutido o importante papel da sociedade na inclusão de crianças, adolescentes, adultos e idosos com autismos e a fundamentação legal (Lei 13.146/2015, Lei 12.764/2012) e posto em foco o tema central: práticas pedagógicas para discentes com TEA. Neste contexto, foi discutida a relevância da escola no desenvolvimento, a aproximação com a família, a busca de reforçadores positivos, a percepção de habilidades e dificuldades, de hiperfocos e preferências no traçado de ações e práticas inclusivas. Também foi possível detalhar os diversos traços e a percepção de individualidade também quanto à sua presença (ou ausência) e intensidade, traçar demandas práticas buscando a percepção de que é possível identificar barreiras e propor acessibilidades, embasadas em preparo, planejamento e empatia.



Foram elencados tipos de barreiras e propostas possíveis acessibilidades, reforçando que não há procedimentos padrões, o esforço deve ser individualizado. Recursos como usar fala articulada, com frases mais curtas, propor textos mais diretos, evitar metáforas, usar recursos e pistas visuais e tantos outros sugeridos serão absolutamente válidos para muitos (boa tentativa), mas são desnecessários e até incômodos para outros: conhecer o (a) estudante verbal ou não verbal é o melhor caminho.

Como recurso prático, foram trazidas à discussão, em meio ao minicurso, diversas situações para proposição de adaptações e flexibilizações pró-equidade: atividade desenvolvida de modo conjunto e utilizando recursos colaborativos entre os pares (participantes), sob mediação da facilitadora. Os estudos incluíram a análise de situações hipotéticas distintas, para propiciar que o participante tenha a percepção da imensa diversidade nos autismos, no que tange comunicação verbal presente ou ausente, nível de cognição, compreensão de comunicação alternativa, pistas e recursos visuais, nível de compreensão da linguagem metafórica, gestual, presença de estereotípias (organização), repetição, rigidez, apego à rotina sequencial, filtro social, comportamentos disruptivos, autolesivos, heterolesivos, desmodulação sensorial, e tudo mais. As propostas de intervenções que surgiram, apresentadas pelos participantes ou pela facilitadora, foram naturalmente enriquecidas pela inclusão espontânea de detalhes, modificações pela equipe de trabalho, naturalmente estabelecidas.

A diversidade que permeia a condição também reforça a necessidade do traçado do *Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)*, considerando as habilidades e demandas diferenciadas que irão requerer adaptações e flexibilizações diversas, inclusive curriculares. Neste contexto, também houve debate de situações com propostas de adaptações diversas, flexibilizações, uso de tecnologia assistiva. Dentre as proposições debatidas pelo grupo constam a adoção de trabalho em pares e aprendizagem colaborativa (ZDPs, ludicidade, o aprender brincando), o registro e compartilhamento de êxitos com a equipe educadora e com a família e a qualificação continuada. Também foi debatida a importância do atendimento contínuo e intensivo por equipe multidisciplinar específica e os efeitos prejudiciais de sua ausência e não disponibilização: realidade que caracteriza a maioria das regiões interioranas de nosso país e afeta famílias e suas perspectivas, das mais basais às mais complexas. Neste



contato singular foi possível realizar a observação processual com base na postura participativa que indica que a avaliação foi satisfatória. O objetivo principal do minicurso é a promoção da inclusão pela ampliação de saberes teórico-práticos, mas sobretudo pelo repensar atitudinal: nós educadores temos que combater determinismos, rótulos e preconceitos. A sociedade nos influencia e nós a ela - estejamos atentos e comprometidos para perceber o estudante com autismo como sujeito aprendente, capaz de ampliar conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o universo: este é o primeiro passo, sem o qual não se inicia a verdadeira caminhada.

Minicurso 3: “Práticas Pedagógicas para discentes com Deficiência Intelectual”

Facilitadora: Profa. Dra. Marilene Calderaro Munguba (UFC)

O minicurso iniciou com uma dinâmica de integração na qual os participantes se dividiam em duplas e, ao final, apresentavam o colega. A professora Marilene destacou, nesse momento, a importância do trabalho coletivo. Ao relatarem a experiência em grupo, as pessoas identificaram semelhanças entre si e intenções em comum. Falaram sobre suas relações com a temática da inclusão. Muitos trabalham diretamente com pessoas com Deficiência Intelectual e de outros tipos. Relataram sobre o desafio de trabalhar com estes sujeitos e a busca pela aprendizagem para melhor lidar com pessoas com necessidades específicas.

A professora Marilene Munguba trouxe o referencial teórico de Lev Vigotski para reforçar a importância de que todos aprendem com todos; que todas as pessoas têm o que compartilhar e que podem tanto aprender como ensinar. Refletiu sobre os aspectos de como a Educação Básica trabalha o aluno para chegar no ensino técnico e superior.

A facilitadora sugeriu que os participantes compartilhassem casos dos seus contextos de trabalho para serem discutidos em grupo. Uma servidora do IFCE trouxe o caso de um aluno com Deficiência Intelectual e as reflexões e desafios deste em um curso técnico de edificações. Ela apontou que o NAPNE de seu *campus* buscou trabalhar com os professores e elaboraram um Plano de Ensino Individualizado (PEI), mas que ainda não obteve resultado.



Ao ouvir o caso trazido pela servidora do IFCE e da abordagem do NAPNE, uma profissional do município de Morada Nova ficou surpresa, visto que tinha conhecimento de casos em que estudantes com deficiência tinham dificuldade na universidade e não eram bem assistidos pelas Instituições de Ensino Superior. Ela diz que está mudando esse pensamento.

Uma outra participante falou de casos de alunos erroneamente diagnosticados como pessoas com deficiência. Conta que alguns têm apenas dificuldades de aprendizagem e são enviados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e por isso se questiona sobre o que fazer em casos como esses. Relata também que os números de crianças com laudos médicos na cidade de Morada Nova são altos e acredita que isso se relaciona com os diagnósticos equivocados. Sente-se incomodada com essa situação.

Uma profissional do IFCE falou que o campo da saúde se volta demasiadamente para o rótulo, para os códigos de classificação. Acredita que o diagnóstico deve servir para orientar o trabalho não para rotular as pessoas e as reduzirem a tais rótulos. Essa mesma servidora relata um caso de estudante com Deficiência Intelectual, especificamente. Segundo ela, a questão de o referido estudante ter entrado no IFCE sem nenhum tipo de cota, apenas com as notas do Ensino Médio que, inclusive, segundo ela, eram altas. Levanta a reflexão sobre isso afirmando que muitas vezes essas notas são apenas para ele passar de ano e progredir no sistema de ensino.

Sobre as últimas questões colocadas, a professora Marilene Munguba falou de outros referenciais de atuação com pessoas com deficiência, como a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidades) que busca focar menos no diagnóstico e na rotulação e mais no contexto que produz obstáculos às pessoas.

Antes de introduzir mais diretamente o conteúdo mais teórico do minicurso, a facilitadora apontou que sua ideia é conversar com os participantes. Segundo ela não existem receitas prontas para serem aplicadas nos casos de pessoas com deficiência. Acredita que a troca de conhecimento é mais importante. Falou um pouco sobre sua história de vida e de como fazia para ter acesso aos livros que ela teve que ler na graduação e pós-graduação.

Foto 09: Minicurso 3 “Práticas Pedagógicas para discentes com Deficiência Intelectual”



Fonte: arquivo próprio, 2019.

Marilene apontou que devemos esquecer o rótulo, o que importa é a pessoa; o que interessa é o que a pessoa pode. No trabalho de ensino e aprendizagem muitas vezes precisamos retomar estágios do desenvolvimento, focar no conhecimento básico. Em alguns casos reduzir o número de disciplinas dos estudantes com deficiência intelectual, envolvendo os professores desses estudantes, buscando juntamente com eles construir estratégias de ensino muitas vezes um ano antes do discente cursar determinado componente curricular (por exemplo, trabalhando com nivelamento).

A professora reforçou a importância de que os alunos em geral e pessoas com Deficiência Intelectual tenham chance de se preparar para as aulas e atividades propostas no curso antes que elas ocorram. Se possível, seria importante dar aos alunos um roteiro antecipado da aula e/ou atividade uma semana antes.

Outra discussão inicial levantada foi a importância de não sermos indiferentes às diferenças, buscando em cada atividade pedagógica organizar os tempos e espaços, atentar para os recursos pedagógicos a serem utilizados, bem como propor situações variadas de aprendizagem baseadas na mediação entre as pessoas. Nesse sentido aponta-se a que o material didático pode ser construído junto com os alunos. O trabalho colaborativo, com ênfase na mediação, é alçado ao patamar de uma importante ferramenta pedagógica. O docente pode inclusive assumir o papel de mediador da aprendizagem colaborativa.



A facilitadora trouxe também o referencial teórico do psicólogo norte-americano Carl Rogers ao falar da aprendizagem centrada no aluno e, com isso, abre-se a relevância de trabalhar a questão da percepção dos professores em relação ao estudante com deficiência.

Os núcleos de acompanhamento/atendimento a pessoas com necessidades específicas devem buscar estabelecer parcerias institucionais e articular redes de apoio entre as instituições. Pensar nas demais políticas públicas, atuando numa perspectiva intersetorial (Saúde, Educação, NASFs, CRAS, CAPS, CREAS etc.). A família também deve ser incluída nesse processo de apoio às pessoas com deficiência. Nesse momento refletiu-se sobre como a família, muitas vezes, acaba sendo culpabilizada pela escola por supostos “erros” na educação dos filhos. Trabalha-se a importância de se construir parceria e não conflito com os familiares.

Com relação ao trabalho pedagógico com os discentes, a professora Marilene Munguba aponta que o respeito desses alunos é conquistado na relação que se estabelece com eles, não necessariamente na imposição de uma regra ou na ameaça de uma punição. Com a equipe gestora da escola é preciso ter paciência e buscar firmar posição na defesa de metodologias alternativas e na justificativa do porquê de determinada técnica para alguns estudantes.

A questão da preparação dos estudantes oriundos da educação básica volta novamente à discussão. Questiona-se como os alunos estão passando de ano. Uma participante relatou que os estudantes não podem simplesmente passar de ano sem que ocorra um planejamento para aqueles que não atingem os conhecimentos exigidos. Segundo ela existem legislações que orientam esse processo, mas os professores no geral não estão preparados para lidar com essa problemática. Ainda com relação a esse ponto, foi colocado por outra participante que as graduações dos profissionais que atuam na educação não estão dando conta da realidade das escolas.

Professora Marilene retomou as discussões sobre as práticas pedagógicas para estudantes com deficiência intelectual lembrando que os conteúdos a serem trabalhados com esse público devem ser preparados um ano antes da ocorrência efetiva das disciplinas. Além disso, reforçou que nesse processo de preparação não se deve suprimir conteúdos, mas sim adaptá-los.



No processo de planejamento pedagógico, as ações docentes devem ser incluídas nos seguintes tópicos: a) o quê o aluno deve aprender; b) como e quando o aluno deve aprender; c) como e quando sua aprendizagem será avaliada; d) que formas de organização do ensino são eficazes. Com relação a isso, foi apontada a importância dos professores mudarem formas antigas de didática e de se rever modelos engessados de avaliação da aprendizagem, com ênfase na exigência de repetição de conteúdos. O processo de avaliar não é pedir repetição de conteúdos. Avaliar não é medir. É necessário que se preocupe com o aspecto qualitativo, compreendendo que cada aluno aprende de um jeito diferente.

A professora apresenta a Técnica *Phillips 66*. Nesse tipo de atividade, a turma de alunos é dividida em grupos de seis pessoas, que devem discutir em seis minutos conteúdos previamente estabelecidos pelo professor e, ao final, socializem, de forma sintética, a discussão do grupo em seis minutos. Com essa técnica, os estudantes com deficiência intelectual ficam menos inibidos de participar, e ela pode ajudá-los a sentirem-se parte do grupo.

As práticas pedagógicas para os aprendentes com deficiência intelectual devem perpassar as seguintes orientações:

- ✓ Poucos objetivos de cada vez;
- ✓ Os conteúdos contextualizados, buscando sair da abstração – trazer exemplos;
- ✓ Criação de situações de aprendizagens produtivas e significativas – transferência da aprendizagem para o cotidiano;
- ✓ Importância de entender o uso do conteúdo, para fazer com que os alunos se interessem;
- ✓ Chamar atenção com slides diversos (imagens alternadas com textos, vídeos etc.);
- ✓ Divisão de tarefas em partes pequenas (menos complexas), que irão gradativamente aumentando a dificuldade e complexidade;
- ✓ Utilizar diversos tipos de linguagem e registrar todos os progressos do aluno;
- ✓ Estratégias diversificadas de mediação e de flexibilização do tempo para as atividades dos discentes com deficiência intelectual;
- ✓ Informar previamente o aluno sobre detalhes da tarefa a realizar – criar roteiro da atividade, estabelecer objetivos – isso ajuda o aluno a se sentir mais preparado;



- ✓ Pedagogia Visual – redução na quantidade de textos e aumento do uso de imagens.

A facilitadora também reforçou que se deve buscar a autonomia na aprendizagem dos estudantes. Isso pode ajudar inclusive a fortalecer sua autoestima. O aluno deve ser incentivado e não colocado numa posição de “coitadinho” [sic]. Todos os seus esforços precisam ser mobilizados, no sentido de que ele adquira capacidade de resolutividade e independência.

Os estudantes com deficiência intelectual, mesmo que na universidade, devem ser favorecidos por um currículo funcional, com ênfase em sua independência e qualidade de vida. Adquirir ou aperfeiçoar habilidades para a vida cotidiana precisam estar juntos do ensino e aprendizagem formais. Na verdade, eles têm dificuldade de acontecer sem isso. A comunicação, por exemplo, do aluno com deficiência intelectual, deve ser estimulada, por meio do uso de recursos de Tecnologia Assistiva ou LIBRAS, quando for o caso. A promoção da identificação dos sentimentos dos outros e a expressão dos seus próprios é outro importante trabalho que um currículo funcional precisa estar atento ao atender um aluno com deficiência intelectual, visto que isso contribui no processo de interação social – cooperação, respeito, solidariedade.

Devem ser construídas regras e limites claros nos espaços de ensino e aprendizagem. Os alunos precisam entender isso, buscando a construção de um acordo entre eles e os profissionais/docentes.

A organização conjunta da rotina do estudante, bem como a discussão e planejamento de carreira e inserção profissional são outros pontos relevantes no acompanhamento dos alunos.

As estratégias de aprendizagem são divididas nas seguintes classificações: estratégias de processamento (atenção, elaboração mediante imagens); estratégias afetivas (interesse, motivação, consciência afetiva, imagem de si, ansiedade); metacognição (planejamento, monitorização, avaliação).

A professora também explorou estratégias de “ensinagem” que podem ser utilizadas no trabalho pedagógico com discentes com deficiência intelectual: Grupo de Verbalização e Observação – GV/GO; Cine Debate; Júri Simulado; grupos de integração horizontal-vertical; Phillips 66; Exposição dialogada; Mapa Mental. Também foi apresentado



o uso de alguns jogos como ferramenta de se trabalhar tanto conteúdos teóricos das disciplinas, como questões do comportamento funcional dos estudantes.

Marilene Munguba reforçou a importância da formação docente e de que os professores sejam sensibilizados sobre essas questões. Lembrou que não se deve partir para o conflito e/ou culpabilização do outro e que é necessário paciência histórica (Paulo Freire).

Ao final a facilitadora apresentou modelo de “Plano de Aula Acessível”, relembrando a importância de buscar e seguir com calma as atividades propostas.

Ao final ela pediu que os participantes avaliassem de forma rápida o minicurso. Algumas pessoas falaram que estão saindo do momento formativo com um leque de opções para poder conversar e construir com os docentes na instituição educativa em que trabalham. Também foi apontado como a motivação do aluno para a aprendizagem é relevante e fundamental e como muitas vezes os estudantes não têm rotina de estudos. Outros participantes relataram que voltam aos seus locais de trabalho com muitas ideias. Após esse momento avaliativo, a professora agradeceu a todos e encerrou o minicurso.

Minicurso 4: Práticas Pedagógicas para pessoas com deficiência auditiva/surdo.

Facilitador: Diego Antônio Alves de Sousa (IFCE).

O facilitar do minicurso iniciou falando de sua experiência como professor de Libras no campus do IFCE em Acaraú, assim como dos desafios de ensinar Libras para as pessoas ouvintes.

Em seguida trouxe as principais características da Língua Brasileira de Sinais - Libras, e do deficiente auditivo.

Quanto à Libras, o mesmo evidenciou características próprias, sendo a principal delas o fato de ser uma Língua gestual-visual, que utiliza o canal visual e as expressões faciais e corporais na construção da comunicação. Dessa forma, diferencia-se da Língua Oral, que utiliza o canal da audição e da fala como recursos comunicativos.

Ainda destacou que a Libras possui 5 Parâmetros para realização do sinal, a saber:



- 1 - **A configuração da mão:** a configuração adotada pela mão, tem como resultado a posição dos dedos.
- 2 - **Ponto ou local de articulação:** este parâmetro indica onde o sinal pode ser tocado no corpo ou no espaço sígnico, que é o espaço encontrado em frente do assinante. Ele é delimitado pela extensão máxima dos braços e ocorre acima da cabeça ou para frente
- 3 - **Orientação/direcionalidade:** É o plano em direção ao qual a palma da mão é orientada. Alguns sinais têm a mesma configuração, o mesmo ponto de articulação e o mesmo movimento, e diferem apenas na orientação da mão
- 4 - **O movimento da mão:** Os sinais geralmente não são estáticos em um local, mas, ao contrário, contêm algum movimento. Dessa forma, podemos entender que o parâmetro de movimento refere-se ao modo como as mãos se movimentam
- 5 - **Expressão facial e/ou corporal:** Também chamados de componentes não manuais: as expressões faciais e corporais, vocalizações parciais de palavras ou padrões labiais e movimentos dos olhos, cabeça e corpo. Eles têm um papel importante na produção de sinais, para que possam assumir que o sinal adquire um significado ou outro.

Quanto aos aspectos ligados aos deficientes auditivos, o professor Diego apresentou alguns decibéis que estão diretamente ligados ao grau de dificuldade de ouvir:

Leve: Nesse caso, há dificuldade para ouvir os sons fracos, inferiores a **40 decibéis**: o ruído do motor da geladeira, o tique-taque do relógio e o canto dos pássaros, por exemplo, não são percebidos.

Moderada: Quem sofre de perda auditiva moderada possui dificuldade para distinguir **sons entre 40 e 70 decibéis**. É praticamente impossível manter um diálogo no tom de voz normal.

Severa: Quando não é possível ouvir sons que estejam abaixo de **70 a 90 decibéis**. Nessa situação, o aparelho auditivo é imprescindível para assegurar uma comunicação com as pessoas.

Profunda: É quando os sons percebidos estão **acima de 90 decibéis**. Mesmo um som muito alto, como o da turbina de um avião, não pode ser ouvido. Nesse nível, com o aparelho auditivo, você consegue perceber os sons do ambiente e até ter algum tipo de comunicação oral.



Ademais, o facilitador colocou algumas expressões que devem ser evitadas quando se referir a pessoa surda, dentre elas, chamá-los de mudinho ou surdo-mudo. Ainda salientou que a prática pedagógica voltada para estes sujeitos precisam considerar em primeiro lugar a Libras como natural das pessoas surdas e não a Língua Portuguesa. Sendo fundamental que seja ofertado um ensino em Libras, fazendo-se necessário a presença do intérprete de Libras nos espaços educacionais.

Após esta explanação, e o adiantar da hora, o minicurso foi encerrado, mas antes todos os presentes falaram do seu contentamento de estarem participando desse momento de formação. Em seguida posamos para uma foto.

Foto 10: Minicurso 4 “Práticas Pedagógicas para pessoas com deficiência auditiva/surdo.”



Fonte: Arquivos próprios, 2019.

Minicurso 5: Práticas Pedagógicas para pessoas com deficiência visual.



Facilitadora: Profa. Isabeli Matos

No segundo dia de programação do Encontro dos Napnes do IFCE, das 08 ao meio dia, aconteceu uma rodada de minicursos nas dependências da Escola Estadual de Educação Profissional Osmira Eduardo de Castro.

O Minicurso 5 tinha como Tema: Práticas Pedagógicas para Discentes com Deficiência Visual e teve à frente a facilitadora Izabeli Sales Matos, da Associação de Cegos do Estado do Ceará – ACEC. Izabeli fez uma exposição dialogada para um total de 10 pessoas.

A facilitadora pediu que cada participante se apresentasse para os demais, falando um pouco de sua formação e do seu percurso profissional. Em seguida iniciou sua fala trazendo uma apresentação de slides sobre o conceito de Deficiência que, durante muito tempo, teve como foco o ser humano e, só agora, com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, é que o significado de deficiência se ampliou para o meio social.

Foto 11: Minicurso Práticas Pedagógicas para pessoas com deficiência visual.



Fonte: arquivo próprio, 2019.



A medida em que ia falando, a professora Izabeli Sales foi dando dicas do cuidado que devemos ter cada vez que preparamos uma apresentação para um público com presença de pessoas com deficiência visual. Dentre essas dicas, ela destacou que devemos sempre usar a fonte em caixa alta e ampliada, além de fazer slides descritivos. Tudo com o intuito de minimizar as barreiras de comunicação e informação.

No material exposto, Izabeli apresentou equipamentos acessíveis e não acessíveis e pediu que os participantes comentassem a respeito. Descreveu que a Deficiência Visual se divide em Cegueira e Baixa Visão e que o conceito de Acuidade Visual se refere a quantidade de visão que cada pessoa tem. Assim sendo, uma pessoa que tenha laudo de cegueira, pode enxergar, mesmo que com muita dificuldade. Isso vai depender do seu grau de acuidade visual.

Também destacou que depois da LBI, o Código Internacional de Doenças – CID será substituído gradativamente pelo CIF – Código Internacional Funcional. Com a implantação do CIF, a pessoa com deficiência será avaliada não mais por apenas um profissional da saúde e sim por uma comissão multiprofissional. Levando em consideração o contexto da inclusão da pessoa com deficiência visual na escola, nós, profissionais da Educação, teremos que nos preocupar com a cegueira funcional e não apenas com a cegueira legal. Quer dizer, teremos que nos preocupar com o que aquela pessoa cega é capaz de realizar e não somente com o resultado do seu laudo médico. Necessidade de realização de diagnóstico educacional do discente.

Em seguida Izabeli Sales mostrou várias imagens que traziam a estrutura fisiológica do olho, apresentando cada parte e explicando a função de cada uma delas. Feito isso, ela explicou sobre as várias Ametropias. A medida que ia explicando, os convidados iam fazendo perguntas relacionadas a cada erro de refração. Dentre eles foram destacados:

- MIOPIA;
- ASTIGMATISMO;
- HIPERMETROPIA;
- PRESBIOPIA;



Em seguida foram apresentadas as principais patologias que causam a deficiência visual:

- CERATOCONE;
- RETINOSE PIGMENTAR;
- CATARATA;
- GLAUCOMA;
- CORIORETINITE MACULAR;

Terminada a explanação sobre as ametropias e outras patologias, houve um pequeno intervalo para que fosse servido o lanche dos participantes.

No retorno do intervalo, a professora falou sobre a Visão Monocular, que acontece quando o paciente enxerga apenas por um olho. Lembrou que em alguns casos, a situação pode ser revertida com uma correção óptica que se dará através de cirurgia ou através do uso de lentes especiais. Também relatou que a visão monocular não é considerada deficiência visual (não entra na reserva de vagas), porém via processo judicial, a Visão Monocular já foi considerada como Deficiência Visual para efeito da Política de Cotas, para ingressos de pessoas com deficiência em processos seletivos, considerando a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça,: "*O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes*".

Neste momento, Kelma Felipe destacou a diferença existente entre o decreto 3298/99 e a Lei 13.146/2015, sendo que o primeiro restringe o público PcD e o segundo amplia. Isabeli destacou que a lei, mesmo sendo mais nova, não se sobrepõe ao decreto. Em seguida foi abordada a questão de como se dá o processo de aprendizagem da pessoa com deficiência visual e como é possível eliminar as barreiras.

Outro ponto tratado no Minicurso foi o Uso das Tecnologias para facilitar a vida da pessoa com deficiência visual. Foi feita uma reflexão sobre os Mitos e as Verdades sobre o uso dessas ferramentas.

Uma participante descreveu sobre um Recurso no Microsoft Word ou no Microsoft Power Point chamado de Test Alt, que descreve automaticamente imagens, gráficos e outras figuras quando é usado num computador com audiodescrição.



Outro recurso apresentado foi o Tiposcópio que consiste numa tarjeta de papel geralmente na cor preta, com um recorte retangular no centro, da altura de uma linha do texto aproximadamente. Ele é usado por pessoas com Baixa Visão para que possam realizar leituras com mais precisão e conforto.

Foi ao mostrar esses diversos recursos para cegos e/ou para pessoas com Baixa Visão que ficou evidente como aqueles podem ter um número mais fixo de recursos para utilizar, diferente desses que devido a sua variação, precisam usar uma gama bem maior de recursos.

Por fim foram elencadas uma série de estratégias/procedimentos/dicas que podem e devem ser usadas por qualquer profissional da saúde/da educação ou qualquer membro da família na interação com pessoas com deficiência visual, seja no dia a dia, seja na sala de aula, seja em qualquer situação, contexto ou ambiente. Dentre eles citou:

- 1- Promover aulas dinâmicas;
- 2- Evitar termos aqui/ali;
- 3- Organizar informações no quadro
- 4- Entregar material antecipadamente impresso ou em formato digital;
- 5- Ler e descrever o que esta no quadro;
- 6- Proporcionar tempo extra para realização de atividades e provas (orientação é fazer essas atividades em sala de aula junto com os demais);
- 7- Permitir conclusão de atividades realizadas em sala de aula em casa ou no contraturno;
- 8- Descrever imagens;
- 9- Tipos e tamanhos de letras (fonte: arial/ tahoma e verbena, adotar tamanho 24, letra bastão e fonte negrito) e
- 10- Contraste: preferência preto no branco; usar canetas pretas; permitir uso de luminárias.

Terminadas a apresentação e a conversa, a facilitadora apresentou seus contatos de telefone e e-mail; agradeceu pelo convite; disse da satisfação em participar do evento e se colocou à disposição para responder qualquer pergunta, bem como voltar ao campus em outra oportunidade.



Em seguida, Carmen Laenia, em nome de toda a Equipe do Napne e da Direção Geral do Campus Morada Nova, agradeceu a todos(as) pela participação e, em especial, à Professora Izabeli Sales Matos pela grande contribuição que deu ao VI Encontro dos Napnes. Também esclareceu que, devido ao Luto decretado pelo campus, o evento se encerraria ali. Por fim, ainda entregou um Kit do evento contendo bolsa, caneta, bloco de notas e uma camiseta, além do Certificado de Participação da convidada, e chamou a todos(as) presentes para fazerem uma foto oficial.

Foto 12: Registro de encerramento



Fonte: arquivo local, 2019.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará

